

O primeiro número deste oitavo volume de *Trabalho, Educação e Saúde* aprofunda nossa proposta editorial de oferecer ao leitor textos que tragam como centralidade a relação entre formação e trabalho, bem como produções que abordem discussões que são primordiais para a reflexão sobre essa temática. É neste escopo que incluímos os textos de análise de políticas de saúde e os debates epistemológicos, focalizando suas repercussões para os campos de interesse do periódico.

Assim, o ensaio de Regina Helena Simões Barbosa, *A 'teoria da práxis': retomando o referencial marxista para o enfrentamento do capitalismo no campo da saúde* apresenta-se como uma provocação acadêmica, de ordem política e epistemológica, sobre o silenciamento que se estabelece em torno do marxismo e também do capitalismo em um campo específico, o da saúde. O texto propõe um debate sobre os mecanismos, atuais, pelos quais se opera a convivência entre o capitalismo e a saúde e nos convida a recuperar o conceito de práxis para pensar e atuar na saúde coletiva.

O primeiro artigo, de Camila Furlanetti Borges e Tatiana Wargas Baptista, *A política de atenção básica do Ministério da Saúde: refletindo sobre a definição de prioridades*, examina a relação entre a produção do discurso e o processo de implementação de uma política, enunciada como prioridade. O contexto é a reestruturação do modelo de atenção posta em curso nos anos 90, e as autoras analisam, criticamente, a institucionalidade que vem sendo alcançada pela política de atenção básica, apontando essa dimensão, a da institucionalização, como aquela que melhor nos permite apreender o que se efetiva ou não como prioridade de governo.

Os quatro artigos que se seguem têm como tema principal as relações entre formação e trabalho. Neste conjunto, o texto *A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero*, de Moema de Castro Guedes, toma por base uma pesquisa que abarca três décadas de dados do IBGE. Nele, a autora nos proporciona reflexões sobre a inserção de mulheres, especificamente as universitárias, no mercado de trabalho e demonstra que algumas variáveis, como o salário, acompanham a manutenção do padrão de desigualdade de gênero, sustentando o fenômeno da divisão sexual do trabalho. O artigo de Elzimar Pinto, Maristela Dalbello, Sílvia Matumoto, Ângela Aparecida Capozzolo, Maria Rosa Cardoso e Silvana Martins Mishima, *Desdobramentos da educação permanente em saúde no município de Vitória, Espírito Santo*, traz, entre as indagações desenvolvidas pela pesquisa, os entendimentos sobre a educação permanente em saúde que vêm sendo construídos e tomados como norteadores de ações implementadas no cotidiano dos serviços. A discussão é relevante e oportuna, pois esta estratégia de formação de profissionais para o SUS foi assumida, nacionalmente, como principal mecanismo indutor de mudanças na relação ensino-serviço. Em um cenário de grande expansão do ensino a distância, os autores do artigo *A experiência de aprendizagem on-line em*

*um curso de qualificação profissional em saúde*, Josué Laguardia, Ângela Casanova e Rejane Machado, dirigem-se aos principais atores destas experiências, tutores e alunos, para efetivar uma pesquisa em torno de elementos centrais desta modalidade de formação. É a partir desse diálogo que os autores ressaltam dificuldades e potencialidades destas experiências, concluindo com indicações sobre a necessidade de atualizar e adequar permanentemente as formas de acesso, os conteúdos do curso e os procedimentos de avaliação. O texto *Trabalho, educação e saúde na perspectiva das concepções de enfermeiros em atividade docente*, de Simone Carvalho, Graciele Oroski e Josete Luzia Leite, busca investigar de que modo profissionais da saúde, especificamente enfermeiros que atuam no ensino, elaboram compreensões que atravessam sua prática como docentes e que são fundamentais para a formação em saúde. Os resultados indicam que os entrevistados não reiteram uma compreensão de saúde restrita à dimensão biológica, bem como refletem sobre o processo de educação como construção compartilhada e não apenas transmissão de conhecimentos. No tocante ao trabalho, mostram-se sensíveis às transformações contemporâneas que aprofundam a realidade de precarização do trabalho.

Ainda que exista um discurso, socialmente difundido, em que o trabalho infantil figure como uma violação do direito à infância, o artigo de Laura Souza Fonseca, *Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos* demonstra que temos nos distanciado da capacidade de erradicá-lo, na medida em que o modelo de gestão do Estado, propugnado pela política atual, fragiliza os movimentos da legislação trabalhista. Além disso, o processo de acumulação capitalista reitera o trabalho infanto-juvenil em sua dupla face: de produto e motor dessa acumulação.

Na sessão Relato, a experiência *Educação popular em saúde a partir de um jogo: reflexões sobre participação na gestão e cuidado em uma unidade de Saúde da Família*, de Bruno Bechara, Aline Almeida, Lucas Silveira, Carla Soleman e Márcia Niituma Ogata, é discutida a partir de seus pressupostos teóricos, sustentados na pedagogia freiriana. Seu processo de implementação é detalhado e permite ao leitor acompanhar a forma como questões específicas da saúde podem se articular com temas localizados no plano das determinações e dos condicionantes sociais, potencializando uma educação em saúde que garante aos integrantes da população, e não aos profissionais de saúde, o protagonismo desse processo.

Duas resenhas encerram este fascículo do oitavo volume. A primeira, de Eureli-no Coelho, sobre o livro *Os marxismos do novo século*, de Cesar Altamira, e a segunda, de Gustavo Matta e Sylvia de Lima, sobre o livro *O que é o SUS?*, de Jairnilson Paim.

*Isabel Brasil Pereira*

*Angélica Ferreira Fonseca*

*Carla Macedo Martins*